

Formação econômica do Rio Grande do Sul: o surgimento do empresário schumpeteriano gaúcho

Ana Monteiro Costa¹
Eduardo Ernesto Filippi²

Resumo: Os estudos sobre a origem do empresário no Brasil tendem a igualar os processos das demais regiões ao modo como este ocorreu em São Paulo. Entretanto, o contexto institucional presente nas demais regiões denota particularidades fundamentais ao entendimento da gênese do “espírito capitalista” nacional. O empresário gaúcho advém do processo de imigração alemã, majoritariamente com capitalização oriunda da atividade comercial. Foi importante a incorporação dos ideais positivistas e do federalismo, que possibilitaram maior participação na política e na economia do setor industrial frente à atividade econômica tradicional, e a busca de superação de situações adversas.

Palavras-chave: Empresário schumpeteriano. Instituições. Formação econômica gaúcha.

Economic formation of Rio Grande do Sul: the emergence of Schumpeterian entrepreneur gaucho

Abstract: Studies on the origin of the entrepreneur in Brazil tend to equate the processes in other regions to how this occurred in the State of Sao Paulo. However, the institutional context in the other regions denotes fundamental particularities to understanding the genesis of the national "capitalist spirit". The gaucho businessman emerges from the process of German immigration, mostly coming from the capitalization with commercial activity. The incorporation of the positivism ideals and of the federalism represents important institutions, which allowed greater participation in politics and economy of the industrial sector in the face of traditional economic activity, and seeking to overcome adverse situations.

Keywords: Schumpeterian entrepreneur. Institutions. Gaucho economic formation.

Classificação JEL: N00, B15, A13, A14.

Introdução

As transações econômicas no capitalismo, por sua natureza impessoal, são permeadas pela incerteza e o comportamento dos agentes na busca da minimização dessas incertezas pode determinar a trajetória de desenvolvimento seguida pela sociedade, sendo algumas pró-desenvolvimento econômico e outras não. Weber (2004) e Veblen (1965) não encontram as razões para o êxito de uma trajetória de desenvolvimento em uma acumulação de capital prévia, ou na incorporação de conhecimento técnico por si só, mas em uma gama de fatores institucionais vinculados ao comportamento dos agentes que levarão as economias a serem modernas. Ao longo de sua análise, Weber (2004) diz não ser próprio de toda sociedade o “espírito capitalista” e o conseqüente capitalismo moderno, suscitando características culturais próprias. Os autores propõem uma série de comportamentos necessários à dinamização econômica, sem, no entanto, fixar suas análises sobre um agente em especial, que seria o responsável por promover tal processo.

¹ Doutora em Economia, área de concentração Desenvolvimento (PPGE/UFRGS). Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).E-mail: ana.mc98@gmail.com

² Doutor em Economia Política (Université de Versailles). Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: edu_292000@yahoo.com.br

Na trilha da compreensão das atitudes dos agentes econômicos e seus reflexos sobre a economia, Schumpeter (1997) analisou o desenvolvimento capitalista a partir da centralidade do papel do empresário. Identificou no agente promotor da inovação a alavanca para a mudança de patamar econômico, concluindo que ele possui características particulares que não estão presentes na sociedade de modo geral, sendo necessário um contexto específico para sua gênese.

No Brasil, segundo Bresser-Pereira (1962 e 1963), o empresário proporciona a mudança de mentalidade, ainda que incompleta, da sociedade nacional, passando de um país agrícola com dependência política e econômica externa, galgado por relações semicoloniais e semifeudais, para uma nação industrializada. “O papel que coube aos empresários brasileiros, dentro da industrialização do País, foi indiscutivelmente o de liderança” (BRESSER-PEREIRA, 1963, p. 13). Por aqui, a “revolução industrial” ocorre quase 200 anos depois da Grã-Bretanha, tendo como âmago o centro do País, principalmente São Paulo.

As oportunidades para o desenvolvimento da indústria aparecem de modo mais claro por volta de 1930, por meio da disponibilidade interna de capital, mesmo escassa, da formação de um mercado interno mais pujante, aliada à dificuldade de importação em função das Guerras e da Grande Depressão e, como analisa Fonseca (1989), por medidas industrializantes promovidas pelo Governo. No entanto, as primeiras instituições que permitiram o nascimento da indústria remontam a períodos anteriores, em meio à Monarquia. Segundo Bresser-Pereira (1962), essas oportunidades não foram perdidas, por aqui existir um grupo de homens preparados para aproveitá-las.

Apesar de ser apresentada de modo similar ao processo que se deu em São Paulo, a indústria que surge no restante do território brasileiro tem especificidades que não são abarcadas pelas análises feitas na perspectiva do centro do País, como acentua Targa (1984). E é com base na argumentação de uma gama de autores gaúchos que se debruçam sobre as particularidades da formação econômica do Rio Grande do Sul, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, que se pretende investigar a gênese do empresário no estado. Como contribuição para essa interpretação, propõe-se a análise com o aporte teórico a abordagem de Schumpeter e a caracterização de fatores modernos e tradicionais em relação às sociedades capitalistas desenvolvidos por Weber e Veblen, apresentadas na seção 2. A transição capitalista no estado e a análise institucional desse período bem como a descrição da formação da indústria gaúcha centrada na figura do empresário serão apresentadas na seção 3, e, por fim, são apresentadas as considerações finais na seção 4. Ressalta-se que as notas complementam o conteúdo do texto, não sendo a sua leitura fundamental para compreendê-lo.

1. O empresário schumpeteriano e a dicotomia tradicional-moderno

Schumpeter (1997) propõe que o desenvolvimento econômico acontece na sociedade somente a partir do capitalismo. Para edificar sua argumentação, o autor parte da análise de fluxo circular e da tendência ao equilíbrio, na qual uma mudança nos canais de rotina econômica advém de dentro do sistema, constituindo-se em uma variável endógena. Antes, na economia pré-capitalista, a economia funcionava como um fluxo circular, em que os fatores podiam ser ajustados para uma produção mais eficiente, contudo, sem mudanças substanciais, quase que crescendo a mesma taxa do aumento populacional e impulsionada muito mais por vantagens naturais, como fertilidade da terra ou descoberta de novas minas de metais nobres. Tratar-se-ia, portanto, de um sistema estático e não dinâmico, diferente daquele que ocorre quando há desenvolvimento. Disto, Schumpeter (1997) assume que somente com a **introdução de inovações** (novos produtos, mercados, métodos de produção, fontes de insumos, avanços tecnológicos) o desenvolvimento econômico se efetuará. Com o ingresso de uma inovação a economia mudaria de patamar e não haveria como voltar ao estágio anterior: a esse processo denominou **desenvolvimento**. O crescimento econômico até poderia acontecer em um fluxo circular, por meio da melhor adaptação e alocação dos fatores, mas o desenvolvimento econômico, um novo patamar de produção, só surge com a ruptura do fluxo circular e essa acontece por meio da introdução de uma inovação.

Para discorrer sobre a inovação e como se dá sua implementação, Schumpeter (1997) se dedica à análise da conduta do agente que a põe em movimento: o **empresário**. Primeiro, sua colocação parte da diferenciação entre aqueles indivíduos que são “meros” administradores, daqueles que podem ser qualificados como empresários. Os administradores, os gerentes, têm tarefas rotineiras e a eles compete a correção de disfunções individuais que possam diminuir a produção, não sendo sua função a inovação. Do mesmo modo como não basta dirigir uma empresa, fundar uma também não torna um indivíduo empresário. Para ser um empresário, tal qual aquele descrito por Schumpeter (1997), é necessário inovar, manter-se no mercado, ter flexibilidade de atividade, migrando conforme as possibilidades de ganho. Disso se diferencia o capitalista do empresário. Inovar e acumular capital são aspectos distintos, ainda que o primeiro necessite do segundo. A acumulação de capital possibilita a implantação da inovação, mas a acumulação sem a inovação tende a estagnar-se, não conseguindo mudar o processo produtivo de nível de produção. Quem acumula capital é o capitalista, que passa a ser o agente que se arrisca, uma vez que fornece os recursos para a inovação. No entanto, aquele que percebe a inovação e que tem coragem e ímpeto de aplicá-la é o empresário.

Apesar da diferenciação dos atores, cabe ressaltar que em muitos casos, acentuadamente na incipiência do capitalismo, as figuras do empresário e do capitalista se misturam principalmente pela dificuldade de obtenção do crédito. Por fim, observa-se que o empresário schumpeteriano não é encontrado na economia tradicional, ainda que se possa identificar uma burguesia agrária, ele surge na indústria capitalista moderna; trata-se, portanto, de uma função especial e típica do capitalismo. Logo, mesmo que a burguesia enquanto classe tenha ligação com a atividade tradicional do meio rural ou com atividade de produção urbana rotineira, o empresário não a tem.

Outro aspecto ressaltado por Schumpeter (1997) é a invenção. Também não é condição satisfatória nem necessária para o empresário criar, descobrir novas técnicas, métodos ou produtos. Essa é uma função do inventor, do cientista, do engenheiro. Ao empresário cabe implantar essa inovação, dar-lhe uma utilidade econômica. Portanto, algumas vezes, o empresário pode ser capitalista ou cientista, mas nenhuma dessas funções é o que o torna empresário: isto se deve ao seu modo de ver o mundo, de empreender. Trata-se de ser o agente responsável pela reorganização sistemática e racional dos fatores de produção.

Entretanto, diante da posição estratégica do empresário na promoção do desenvolvimento e da conseqüente necessidade de compreensão do pensar e agir desse ator, Schumpeter (1997) admite que a psiquê desse agente não é algo de fácil delimitação. Na busca desse entendimento, parte da proposição de que esse agente é dotado de racionalidade, mesmo que por vezes pareça que ele age de modo irracional para o senso comum. Desse modo, o empresário é visto como aquele agente que dinamiza e implementa o desenvolvimento econômico capitalista, sendo o seu modo de pensar, de agir, os estímulos e as restrições postas ou construídas, meios para a compreensão da formação da indústria. E, para estudar o comportamento do empresário, torna-se imperativo conhecer suas origens e seu sistema de crenças, com vista a investigar dados não só referentes às causas institucionais da emergência desses pioneiros, mas a ética, o legado cultural, que guia as decisões desses atores. Reconhecer que o empresário possui um modo particular de interpretar e de interagir diante dos incentivos e dos desestímulos postos torna a contemplação do ambiente institucional fundamental para a compreensão da sua gênese.

Mesmo que não pela categoria empresário tal qual posta por Schumpeter, Weber e Veblen analisaram elementos capazes de promover ou inibir a inovação, ou seja, elementos que poderiam explicar a trajetória social e econômica das sociedades. Weber (2004) parte da concepção econômica e da análise da esfera social para buscar identificar a gênese da produção capitalista sob a dicotomia tradicional-moderno. Em sua compreensão, constata uma correlação entre os proprietários do capital e os empresários, bem como da mão de obra mais qualificada, com uma característica em comum: a ética protestante. Começava, então, uma análise que não via nas diferenças entre as acumulações de capital a resposta para as diferentes evoluções do sistema capitalista, mas sim em fatores constituintes da moral, da psique, dos valores sócio-culturais de um

povo. Na economia capitalista *tradicional*, o espírito que anima os capitalistas é a cadência de vida tradicional, o montante de lucros tradicional, a quantidade tradicional de trabalho, o modo tradicional de conduzir os negócios e de se relacionar com os trabalhadores e com os consumidores (próximo ao fluxo circular descrito por Schumpeter). Conforme sua abordagem, o espírito do capitalismo nasce, necessariamente, da vocação secular do trabalho. Destacou que os obstáculos mais fortes para a adaptação dos indivíduos aos pressupostos da ordem econômica de cunho capitalista-burguês estão na valorização racional do capital no quadro da empresa e na organização capitalista racional do trabalho. Weber (2004) denominava de tradicional a atitude daquele ser que não quer “por natureza” ganhar mais dinheiro, mas simplesmente viver e ganhar o necessário para tanto. Essa é uma concepção contrária ao “capitalismo aventureiro” orientado pelo oportunismo político e pela especulação irracional.

Já Veblen (1965) entendia a sociedade como um organismo altamente complexo, em declínio ou em crescimento, sempre mudando e adaptando-se (ou deixando de se adaptar) a situações novas. Procurou identificar os fatores que promoviam o atraso, ou melhor, que impediam o desenvolvimento, e identificou a conduta de parte da elite como a responsável pelas diferentes trajetórias seguidas pelas sociedades. Em seu trabalho, propôs investigar a origem da *classe ociosa*, que seria o contraponto do empresário schumpeteriano ou do capitalista moderno weberiano.

Segundo sua análise, ao longo da História, o homem tende a desenvolver o trabalho predatório ou o trabalho eficaz. Dessa divisão surgem as instituições, que são entendidas pelo autor como hábitos de pensamento dominante. A elite, então, é diferenciada entre a classe ociosa, responsável pelo atraso, e aquela que tem a destreza da inovação. Ao analisar o processo de acumulação do capital, assim como Weber, distingue o consumo que promove o desenvolvimento econômico, daquele que ocasiona a permanência de uma sociedade em um nível de crescimento econômico tradicional. O consumo, na sociedade pecuniária, apresenta um objetivo de satisfação das necessidades pessoais, tendo a propriedade por motivação primária a emulação, onde a posse da riqueza confere honra. Logo, quando um grupo de pessoas se apodera do trabalho útil de outras, dedicando-se ao ócio, a riqueza e o lazer têm um prazer para além de sua existência: o objetivo primeiro é a ostentação. E o comportamento ostentatório desvia recursos do sistema produtivo para o consumo. Nesse contexto institucional, não há incentivo ao surgimento do empresário e, sim, ao capitalista.

Para Veblen, os princípios pecuniários e a eficiência industrial são incompatíveis, pois os lucros não guardam nenhuma relação com o benefício que podem trazer para a sociedade (MONASTÉRIO, 1998). Os indivíduos que conseguem acumular riqueza e exercer o ócio conspícuo servem de modelo para o restante da sociedade, ao invés de gerar revolta, tendem a causar admiração. Sob esse aspecto, a Teoria da Classe Ociosa desvenda uma motivação psicossocial para a persistência da pecuniariedade, contrário ao *tipo ideal* do capitalista moderno³.

Tendo por aporte teórico as contribuições de Weber e Veblen procurou-se compreender o contexto no qual surgiu a indústria no Rio Grande do Sul, a partir da figura do empresário schumpeteriano, investigando os fatores que podem explicar o comportamento desses agentes enquanto classe. Ressalta-se que não somente a acumulação de capital ou o conhecimento técnico de suas atividades são capazes de explicar esse processo, mas sim o comportamento desse agente particular diante de um determinado contexto institucional.

2. Algumas interpretações sobre a formação da indústria no Rio Grande do Sul e o papel do empresário

³[...] não tem nenhum parentesco com esses ricos de aparência mais óbvia ou refinada. Ele se esquia à ostentação e à despesa inútil, bem como ao gozo consciente do seu poder, sente-se antes incomodado com os sinais externos da deferência social de que desfruta. Sua conduta [...] comporta quase sempre certo lance ascético [...]. Ou seja, não raro, mas bastante freqüente, encontrar nele uma dose de fria modéstia [...]. De sua riqueza “nada tem” para si mesmo, a não ser a irracional sensação de “cumprimento do dever profissional” (WEBER, 2004, p. 63).

A transição para as relações capitalistas de produção se deu de forma específica no estado gaúcho uma região não periférica em relação às demais regiões do Brasil, que tinham um dinamismo econômico vinculado à agroexportação para o mercado mundial, enquanto a primeira era dinamizada internamente (TARGA, 1984; PESAVENTO, 1985; HERRLEIN 2002). Existem pelo menos três correntes diferentes de teorias que procuram analisar a formação da indústria gaúcha: a de Paul Singer (1968) que atribui à substituição de importações o estímulo à introdução da indústria no estado, iniciada pelos imigrantes alemães; a de Tejo (1982) que desenvolve uma análise segundo a qual a economia industrial no Rio Grande do Sul nasce da acumulação de conhecimento dos imigrantes alemães, que começam a produzir o artesanato rural que se vai aperfeiçoando até chegar à indústria capitalista; e a de Pesavento (1985), que atribui a formação da indústria à figura do imigrante alemão, direta e indiretamente, inclusive pela acumulação do capital. Mesmo divergindo em alguns aspectos da acumulação, todas essas teorias comungam, no que tange o agente promotor da indústria: o imigrante alemão.

A vinda dos imigrantes alemães, por meio de uma política intencional promovida pelo Governo, bem como o seu estabelecimento no Brasil, só foi possível a partir da criação de algumas instituições previamente estabelecidas pelo Império. Segundo Lando e Barros (1976), esse processo está intimamente ligado à necessidade imposta a Portugal de eliminar o trabalho escravo no Brasil, fato que mudaria a colonização de espontânea para intencional, e que só iria “concluir-se” em 1822, com a resolução governamental que extinguiu o sistema de sesmarias, finalizando uma etapa da colonização portuguesa.

No início do século XIX, as terras agriculturáveis estavam distribuídas em grandes lotes, com sesmeiros ou posseiros. No entanto, em 1808, quando da vinda da Corte Portuguesa, foi declarada a Abertura dos Portos às nações amigas, fato que marcou o fim do monopólio comercial português⁴. Nesse mesmo ano, Dom João VI, por meio de um decreto, determinou que fossem dadas terras a imigrantes não-portugueses que se dedicassem, obrigatoriamente, à atividade agrícola. Com isso, o Imperador já buscava implantar colônias agrícolas, estabelecendo condições para o início da imigração estrangeira. Em 1848, por meio da Lei 514, foi atribuído ao Governo Provincial o direito de colonizar e foram concedidas a cada província terras devolutas que, uma vez ocupadas e exploradas pelos imigrantes por cinco anos, passariam a pertencer-lhes. Paralelamente, seguiram-se as pressões inglesas para que a escravidão acabasse, e em 1850 o comércio foi extinto, sendo o trabalho escravo, finalmente, proibido em 1888 (LANDO; BARROS, 1976).

Outro fator apontado por Lando e Barros (1976) como favorável à imigração foi a mudança do processo produtivo hegemônico no Brasil da economia da cana-de-açúcar para a cafeeira, que representou não só a mudança da elite econômica, mas política, no período de 1820 a 1840. Para os autores, essa alteração modificava o modo pelo qual o imigrante era visto, bem como sua inserção na produção. Para os senhores de engenho, a oferta de subsistência dos imigrantes era bem vista, uma vez que poderia desobrigá-los da produção de mandioca para o sustento dos trabalhadores escravos; por outro lado, os fazendeiros do café queriam a promoção da imigração viesse suprir sua produção com trabalho livre, já que o preço do escravo, com as restrições impostas, estava cada vez mais elevado. Além disso, o processo de imigração também foi apoiado pelo Governo prussiano que estava em meio a conturbações políticas, apresentando um excedente de mão de obra, com o fim do sistema feudal, gerado a partir do cercamento de terras.

Prado Jr. (1996) separa o processo de imigração em duas linhas promotoras: o primeiro, promovido pelo Estado, tinha por objetivo ocupar áreas pouco habitadas e que eram importantes para a manutenção territorial, como as áreas fronteiriças, e que não estavam interligadas ao latifúndio; o segundo, ainda que incentivado e apoiado pelo Estado, era promovido por particulares, que visavam a substituir a mão de obra escrava. O primeiro modo de imigração-colonização ocorre

⁴ A Inglaterra enfrentava o Bloqueio Continental declarado por Napoleão e Portugal, que atravessava uma fase decadente em sua hegemonia mercantilista, não tinha condições de resistir aos ataques constantes da França. A Inglaterra passou a oferecer reforço, com a condição quebrar o monopólio comercial português com o Brasil.

no sul do País, principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina; já o segundo é característico majoritariamente dos cafezais paulistas⁵.

A imigração intencional visava a promover a ocupação de alguns espaços do País onde a imigração espontânea não havia surtido efeito, principalmente por serem áreas onde os produtos tropicais de maior valor e inserção no mercado mundial, como o café e o açúcar, não se prestavam ao cultivo. Assim, a imigração promovida pelo Governo tinha objetivos políticos e militares. A princípio, contavam com auxílio financeiro do Estado, mas a partir de 1830, devido aos conflitos internos, o Governo a cancelou.

Em 1824, chegaram os primeiros 38 imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul, imigração essa que mudaria a sociedade e a economia local. Essa colonização modificou os sistemas de posse da terra, diversificou a produção e a comercialização, incrementou o mercado interno e aumentou a densidade demográfica. Além disso, instalava-se no estado um povo com outra cultura, tendo idioma e credo diferentes. A aproximação com os gaúchos contava com as dificuldades geradas pelas diferenças geográficas e, sobretudo, culturais. Não bastasse a falta de integração com os nativos, existia uma diversidade cultural entre os germânicos chegados ao Rio Grande do Sul, em razão das diferenças de origens entre eles. Conforme Salamoni (2001), os imigrantes dos anos 1830 a 1850 vinham do sudoeste da Alemanha, região caracterizada pela produção agrícola, artesanato rural e pequenas indústrias domésticas. De 1850 a 1865, provinham de regiões agrárias do norte e do leste e de 1865 a 1895 vinham do restante da Alemanha e pertenciam a grupos sociais empobrecidos, artesãos e pequenos empresários (os mais capitalizados iam para São Paulo ou para o Rio de Janeiro).

Mesmo em meio a aspectos negativos, o isolamento e as dificuldades de relacionamento com os “donos das terras” formaram uma identidade cultural entre eles, ainda que tivessem origens diferentes, do mesmo modo que o “espírito guerreiro” ajudou a criar a identidade gaúcha, o isolamento dos imigrantes nas colônias fortaleceu a identidade germânica⁶.

A maior parcela desses imigrantes era protestante e obteve o direito ao livre culto a partir da Proclamação da República, mas comumente o convívio entre protestantes e católicos alemães se dava de modo tranquilo. Durante o período colonial e imperial, havia união entre a Igreja e o Estado, com os sacerdotes recebendo salários como funcionários públicos. O Brasil era oficialmente um país católico e, no estado meridional a prática religiosa, em função da dispersão dos habitantes, apresentou o relaxamento dos cultos, culminando no desaparecimento da influência da religião na Campanha. Mas os germânicos tinham a cultura religiosa afluída, e já em 1824, foi nomeado o primeiro pastor protestante, com subsídio do Governo; os primeiros padres que falavam alemão, da Companhia de Jesus, chegaram à área colonial somente em 1848 (FLORES, 2003). Desse modo, ainda que sem liberdade de credo oficial para os protestantes, o Estado não os repreendia, inclusive concedendo alguns benefícios.

Destaca-se que o associativismo também visava à busca de soluções relativas ao setor produtivo, como a união de produtores de um mesmo bem. Os alemães formavam, assim, núcleos coloniais auto-suficientes e a policultura e a mão de obra familiar reforçavam essa ideia de independência. O ato de desenvolver uma produção diversificada e ocupar a posição de colonos proporcionou o desenvolvimento de uma sociedade com características diferentes do restante da província e do Império. Quanto ao tipo de povoamento, esse era mais denso na região colonial, comparativamente às áreas de campo. A estrutura fundiária gerou uma grande proximidade dos

⁵ Aqui interessa explorar o primeiro processo e tem-se que, com base no Regulamento de 1900, as intenções do governo segundo essa proposta de imigração eram, de modo geral: 1) evitar a concentração da propriedade proibindo a concessão de mais de um lote à mesma pessoa e a transferência das glebas antes da totalização de seu pagamento; 2) as áreas concedidas deveriam ser efetivamente exploradas; 3) o colono deveria morar no seu lote de terra, explorando-o pessoalmente por meio da produção familiar (LANDO; BARROS, 1976, p. 23).

⁶ Assim: “a noção de que pertenciam a uma mesma comunidade levou os colonos alemães a promoverem o surgimento de uma série de associações, cujo objetivo era, por primeiro, a manutenção de sua herança cultural. As iniciativas incipientes para o estabelecimento da vida comunitária foram a construção de Igrejas e escolas” (SALAMONI, 2001, p.33).

lotes coloniais, o que favoreceu a formação de vilas e povoados que seriam os futuros centros urbanos.

Estabeleceram-se na serra e sua atividade ligará essa região ao litoral. Chegaram cerca de 50 anos antes dos italianos. “Sua lavoura mista ajudou a contrabalançar as atividades pastoris das outras partes da Província, e nos campos da Serra” (LOVE, 1971, p. 19). Essa diversidade cultural será, segundo o autor, decisiva no processo produtivo que os imigrantes alemães estabeleceram aqui⁷. Afora as dificuldades, segundo Lando e Barros (1976), os imigrantes que aqui chegam têm o ímpeto de melhorar suas vidas “um dos elementos básicos do espírito do capitalismo” (LANDO; BARROS, p. 16, 1976), mas seus conhecimentos técnicos não podem ser superestimados em função do atraso tecnológico que aqui encontram.

Além da falta de tecnologia, esses não contavam com o fornecimento de crédito. Até a segunda metade do século XIX, a economia interiorana do Rio Grande do Sul possuía baixa monetização. “Logo no início da colonização, vários colonos tinham aberto pequenas “vendas”, mas logo fecharam as portas, pois o único dinheiro disponível vinha dos subsídios distribuídos pelo Governo brasileiro aos colonos durante os seis primeiros meses de instalação” (MARCOVITCH, 2005, p. 266). Ainda, em função das dificuldades de transporte, principalmente pelo tempo demandado para o deslocamento, os colonos preferiam fazer negócio com os caixeiros viajantes, que se davam por meio de escambo. Com a monetização progressiva, a partir desse período, o caixeiro passou a ser um agente de internalização da zona colonial com as grandes casas comerciais (ARTX, 2000).

Assim, para a maioria dos imigrantes, dada a situação econômica e social que vivia, não era possível adentrar as atividades de grande comércio e de agricultura extensiva de exportação. Além das dificuldades de sustento, isto representava um gargalo à integração social local. Internamente constituíam uma economia subsidiária, que pouco ou nada recebia de incentivo por parte do Governo provincial, o que pode ser visto nas reivindicações junto às câmaras municipais, onde desabafam sofrer de completo abandono, sem contar com nenhuma ponte, estrada ou qualquer obra pública (LOVE, 1971). A economia colonial era subsidiária de uma economia que se prestava a mesma posição no contexto nacional, suprindo a economia agroexportadora de subsistência para a mão de obra escrava, ainda que seu maior dinamismo fosse interno. E com a exportação de seus produtos para o centro do País, a produção colonial também contribuía para o abastecimento alimentar e a expansão da economia cafeeira, como colocam Pesavento (1980) e Fonseca (1983). Nesse momento, ela fazia parte do processo de consolidação e expansão produtiva, entretanto, ressalta-se que o crescimento da economia agroexportadora não estava relacionado ao processo de imigração, uma vez que os colonos alemães já se encontravam aqui quando da expansão.

Kühn (2007) divide a colonização alemã em três fases. A primeira, **fase de subsistência**, ocorre de 1824 a 1845 e os colonos se concentravam na região de São Leopoldo, que na época abrangia uma área que ia até Campo dos Bugres (região do município de Caxias do Sul), incluindo Montenegro e Taquara. Esse período é caracterizado por muitas dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, como o pagamento da dívida colonial, o embate com os índios e os conflitos militares (Guerra da Cisplatina e a Revolta dos Farrapos). Em 1830, a lei orçamentária do Império aboliu os recursos destinados à imigração, o que suspendeu a vinda de imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul, que foi retomada em 1846, com a colonização dos Vales do Taquari e do Rio Pardo. Esse

⁷ “Enquanto alguns traziam uma concepção capitalista das relações de produção, uma vez que eram provenientes de regiões mais desenvolvidas, uma parcela significativa eram oriundas (sic!) de regiões marcadas por um modelo econômico agrícola essencialmente servil, do qual herdaram um modo de vida bastante específico” (SALAMONI, 2001, p. 26). Ademais, as condições locais não eram favoráveis:

“Embora os imigrantes recebessem propriedades e alguma ajuda inicial do governo brasileiro, sua sorte estava longe de ser fácil. Muitos eram bem pobres para organizar explorações agrícolas do tipo que conheciam na Alemanha. Em acréscimo, os corruptos funcionários locais constantemente prejudicavam e exploravam os colonos” (LOVE, 1971, p. 13).

também foi um período de grande dificuldade para os imigrantes⁸. De 1845 a 1870, com a produção de excedentes agrícolas, ocorreu a **fase de expansão do comércio**, surgindo a figura do comerciante de origem alemã, que passou a acumular riquezas da produção colonial. Esse comerciante era o que possuía os meios de transporte (mula e barco) para levar a produção até Porto Alegre. A exclusividade do transporte fazia com que ele estabelecesse vantagem sobre o colono, pois comprava a um preço muito baixo, e vendia aos consumidores da capital da província por um preço alto, à medida que o monopólio lhe garantia o poder de determinar um preço de venda para os produtos. Essa acumulação de capital feita pelos comerciantes possibilita investimentos em setores industriais, principalmente em cervejarias, fábricas de calçados, olarias, curtumes e construção naval. Surgiu, então, a partir de 1870, a **fase de desenvolvimento da indústria**, oriundo do capital comercial.

Para finalizar essa breve caracterização do processo imigratório dos alemães, faz-se pertinente destacar que a imigração italiana contribuiu para a acumulação de capital dos comerciantes alemães, já que esses incorporaram a produção dos imigrantes italianos, que passaram a ocupar a encosta da serra, a partir de 1875. Os produtos oriundos das colônias italianas foram quase imediatamente introduzidos no mercado, uma vez que os meios de comercialização já eram postos pelos germânicos; entretanto, o atravessador alemão não permaneceu nesse sistema de vendas. Destarte, esses novos colonos passaram a acumular o capital, que seria empregado na indústria posteriormente, com criação de seus próprios canais de comercialização, eliminando o intermediário alemão (PESAVENTO, 1985).

Vencida a fase de abastecimento do próprio núcleo colonial, a produção da colônia gerou um excedente que era comercializado para o restante do País, por volta de 1870. Esse aumento de produtividade agrícola garantiu um excedente de mão de obra, forneceu alimento para a pungente população urbana e matérias-primas para a indústria. Assim, com o aumento da produção, por meio da diferenciação e da eficiência produtiva, o agricultor encontrou tempo para dedicar-se a outras atividades como o artesanato, aproveitando algumas habilidades técnicas que esses imigrantes traziam de origem de sua terra natal. Essas produções eram diversificadas e suas vendas sempre estiveram subordinadas ao capital comercial. O comerciante controlava tanto a compra dos produtos coloniais da região quanto a venda dos artigos não-coloniais importados de outros locais, absorvendo o excedente do produtor. Desse modo, o comerciante alemão foi o agente social que realizou uma forma de apropriação do excedente econômico produzido pela agropecuária colonial (PESAVENTO, 1985).

Apesar do capital comercial estar vinculado a toda origem da indústria gaúcha, vê-se que variou a forma como se transformou em capital industrial. Na maioria dos casos, o comerciante aplicou seus recursos diretamente na construção de uma fábrica, o chamado sistema fabril-manufatureiro, que é caracterizado pelo uso de máquinas, associado ao emprego de ferramentas, com a necessidade considerável de capital inicial e utilização de trabalho assalariado. Configurando exceções, houve casos em que a indústria surgiu da evolução da atividade artesanal, como na indústria do calçado (SCHNEIDER, 1996) ou por meio do imigrante burguês que chegou capitalizado ao estado.

O imigrante alemão tem relação não só com a acumulação de capital, mas com a mão de obra da indústria, com a formação do mercado consumidor e com a introdução de tecnologia. Quanto ao crédito, para aqueles que não acumularam capital próprio, o capital bancário viabilizou a formação de algumas fábricas e alguns comerciantes e industriários promoveram bancos, com a intenção de aplicar e diversificar seu capital, ainda que ele tenha sido raro nos primórdios da industrialização, quando o empréstimo pessoal, por meio de amigos e familiares, era o mais comum.

⁸ As informações obtidas sobre os sistemas agrícolas das primeiras colônias do Rio Grande do Sul mostram indícios da primitividade dos meios de produção utilizados nas tarefas agrícolas. O isolamento em que se encontravam, aliado à falta de iniciativa governamental no sentido de criar condições de progresso, provocou um rebaixamento no padrão técnico do imigrante em relação ao utilizado na Europa. Muitos colonos abandonaram o uso do arado e passaram a empregar apenas instrumentos para trabalhos manuais (SALAMONI, 2001, p. 34).

O capital-dinheiro passou para o capital-industrial por meio da comercialização, do imigrante burguês e do capital bancário, todas as atividades vinculadas à economia da colônia. No que se refere à mão de obra, por meio do desenvolvimento da agricultura, havia um contingente de homens livres, liberados pela lavoura, boa parte oriunda da área colonial apta a trabalhar. Esse excedente foi gerado tanto entre aqueles herdeiros que ficavam com terras insuficientes para a atividade econômica, quanto entre aqueles que, subordinados ao capital comercial, entravam em processo de empobrecimento e migravam para os centros urbanos em busca de trabalho. Segundo Pesavento (1985), os egressos do mundo rural buscavam colocação em empresas formadas a partir de elementos da mesma etnia, aliado ao conhecimento das atividades artesanais, que facilitou a incorporação dessas pessoas nas fábricas.

Outra condição necessária para o surgimento da indústria foi a existência de um mercado consumidor, que era formado tanto pelos colonos, quanto por esses novos núcleos urbanos, constituídos por mão de obra assalariada e um número de habitantes considerável. Ademais, o mercado nacional, com a ascensão da produção do café, passou a ser um nicho com maior potencial demandante. Já, o mercado interno da região da pecuária-charqueada tinha demanda insuficiente, por apresentar reduzido número de peões e escravos, além da pouca utilização de moeda para a remuneração do trabalho.

No que concerne à tecnologia, era servida pela importação de máquinas e pelo advento da indústria metal-mecânica, que produzia internamente e fabricava peças para reparos. Ao logo da República Velha, independente dos períodos de aumento produtivo (Primeira Guerra) ou de ampliação da capacidade produtiva (saneamento do pré- ou pós-Guerra), houve um grupo reduzido de empresas que continuaram crescendo, durante todo o período, por meio da incorporação de capital, de tecnologia, de diversificação da produção e de aumento do emprego da mão de obra. Essas empresas, tidas como líderes, já surgiram “grandes”, ou incorporaram capital por meio de novos sócios, ou ainda foram constituídas por meio da aglomeração de alguns empresários.

Nos primeiros tempos da indústria, os próprios empresários eram os responsáveis pela gerência e pelo controle do processo produtivo. Todavia, com a ampliação das fábricas essas funções foram delegadas, primeiro aos seus descendentes, enviados ao exterior para estudarem e conhecerem novas técnicas, e depois para técnicos especializados, não raro, estrangeiros. À época da Segunda Guerra, as sociedades de capitais passam a crescer mais do que as firmas individuais e as sociedades de pessoas. Até o conflito, 83% das propriedades eram do diretor fundador, ou de seus descendentes, característica típica dos imigrantes alemães, no entanto, em termos de capital investido e de produção as sociedades de capital eram muito superiores (PESAVENTO, 1985). Com o advento dessa estrutura, ficou mais difícil detectar quais empresas eram de origem germânica por excelência.

Havia escolas para a formação dos trabalhadores o que também ajudava a doutriná-los para a importância do trabalho. A exploração por parte dos empregadores levava a conflitos na relação capital-trabalho. Ocorreram as greves que, com base em um discurso positivista, eram atribuídas, pelos capitalistas, aos problemas econômicos ocasionados pela Primeira Grande Guerra, estando essa desvinculada da reivindicação por melhores condições laborais. Nesse contexto, o Governo manteve sua postura “neutra” sem intervir na privada relação dos capitalistas com seus trabalhadores, e, procurando minimizar a insatisfação dos operários, passou a intervir na economia, reduzindo as tarifas e/ou proibindo a exportação de bens alimentares. As greves ao longo do processo de industrialização mostraram a necessidade de se manterem e ampliarem as técnicas e prática de dominação, procurando harmonizar as relações do capital com o trabalho, seja por meio da dominação coercitiva, seja pela dominação ideológica do capital sobre o trabalho.

A crise de 1929 agravou a situação da economia brasileira, que persistia no seu capitalismo voltado para fora. O Rio Grande do Sul, durante toda a década de 1930 até a Segunda Guerra Mundial, manteve-se como produtor da indústria natural, ganhando mais espaço e estabilidade de mercado. Assim, a grande indústria era praticada em São Paulo e no Rio de Janeiro, enquanto cabia

ao Estado meridional a incumbência de fornecer comida aos trabalhadores urbanos a baixos custos. Passava o País a concentrar a acumulação de capital na indústria. Como o setor agropecuário encontrava-se em crise, a década foi marcada por uma expectativa de desenvolvimento industrial no estado, que consolidava a diversificação produtiva gerada na República Velha. Iniciaram-se, então, as associações dos produtores primários com os novos detentores do capital (industrial, comercial e bancário). Na década de 1930, começou a se intensificar a verticalização da produção e, em especial, o setor metal-mecânico tendeu a se beneficiar das dificuldades de importação seguidas da crise de 1929, que se seguiram até a Segunda Guerra Mundial.

Da imigração alemã pode-se afirmar que ela mudou o perfil produtivo e social do estado, por meio da produção diversificada na pequena propriedade e com mão de obra livre. Em relação ao estabelecimento da indústria, sua contribuição está presente desde a produção do excedente agrícola, até a acumulação do capital comercial e a implantação da indústria. Se o imigrante alemão trouxe consigo algum conhecimento técnico para a formação da indústria, esse fator não explica, isoladamente, por que foi esse o agente promotor da produção. Sustenta-se, então, a hipótese de que seu legado cultural seja uma das variáveis explicativas para o ímpeto de inovar. Todavia, assume-se que essa não é uma característica racial ou étnica, mas, sim, oriunda de instituições presentes em seu legado cultural, entre elas a ética protestante, que “estimulou” a criação de algumas instituições necessárias a esse processo.

Sabe-se que o processo de industrialização não seria possível sem algumas instituições estabelecidas pelo Estado, local e nacional. Aqui foram vistas algumas dessas instituições que permitiram a imigração e a fixação desses alemães no estado; adiante serão analisados os contextos econômico e político da transição capitalista no estado. Até a República Velha, os imigrantes colonos, comerciantes e empresários eram parcamente atendidos pelo Estado. Contudo, a partir da federalização e o decorrente poder recebido pelos estados, aqueles que se capitalizaram, principalmente os empresários, eram vistos como elementos importantes para a posse e manutenção do poder emergente, liderado pelo Partido Republicano rio-grandense. Encontrava-se, então, a economia gaúcha em processo de transição, momento que também se reflete na política do estado e na representação desta junto ao poder central, tendo a Proclamação da República como marco para a mudança da ideologia política.

3.1 A transição capitalista no estado: contexto institucional político e econômico

À época da estabilização dos imigrantes, o subsistema pecuário-charqueador enfrentava uma crise econômica, oriunda principalmente do fim do escravismo e da concorrência dos países platinos, que produziam charque mais barato, com mais qualidade e de modo mais eficiente. Conforme Herrlein Jr. (2003), com a consolidação da produção agrícola colonial, na região da Campanha intensificaram-se os problemas econômicos, decorrentes de uma crise na economia de subsistência, em função da melhoria dos meios de transporte e do comércio, que permitiu uma melhor e mais eficiente circulação das mercadorias da colônia, tornando mais cara a autossuficiência das estâncias. Entretanto, mesmo diante de uma redução na exportação do charque, a maior parte da riqueza do estado ainda estava nas cidades do sul. Em decorrência da melhoria da eficiência agrícola, a economia colonial, realizada com mão de obra de imigrantes, passou do cultivo de subsistência para a produção comercial.

Ao final da República Velha, o norte do estado era uma região bastante povoada, com uma expansão econômica significativa. A indústria surgiu em decorrência da acumulação do capital comercial, que era fragmentada e desconcentrada e que, ao crescer, também impulsionava o aumento da produção agropecuária da colônia. A configuração social permitia, ao mesmo tempo, a acumulação de capital e a ampliação do mercado consumidor interno, uma vez que a riqueza não era concentrada.

Se o imigrante alemão seria o promotor da industrialização, tem-se que a vocação pastoril e militar marcou o primeiro rio-grandense, aquele inserido na atividade tradicional vinculada ao gado,

com uma maior dificuldade para o trabalho manual ou mecânico. Isso inibiu tanto o contato como a compreensão entre o colono imigrante e o gaúcho, pois levavam vidas diversas. No entanto, esses homens possuíam grandes qualidades como a coragem, o amor à liberdade, a preocupação com a dignidade humana, o devotamento pessoal, a generosidade e a hospitalidade. Portanto, não há um legado cultural melhor que outro no sentido amplo; aqui, como o foco é a análise do surgimento do empresário, tem-se que o legado dos gaúchos de origem lusitana não era propício à constituição desse agente. Roche (1969), em sua obra clássica sobre a colonização alemã no estado, afirma que os rio-grandenses possuíam características que atrapalhavam a rotina laboral necessária para a formação da indústria, o que dificultou o surgimento do espírito capitalista.

A transição para o capitalismo no Rio Grande do Sul ocorreu na Primeira República, período em que os governos estaduais possuíam ampla autonomia federativa. No cenário político gaúcho, até 1872, os dois partidos imperiais, o Liberal e o Conservador, dividiam o poder e, a partir de então, o Partido Liberal tomou conta da Assembléia Provincial. Sob a liderança de Gaspar Silveira Martins, durante todo o Segundo Império o poder hegemônico no estado pertencia ao Partido Liberal, chimangos, apoiado pelos fazendeiros e estancieiros da Campanha (LOVE, 1971). Neste período, os imigrantes alemães pouco participavam da vida política, reclamando, inclusive, de abandono por parte do poder provincial.

A Proclamação da República fez com que alguns políticos mudassem de lado e integrassem a oposição, os chamados maragatos. Como argumenta Fonseca (1983), essa inserção entre os fazendeiros foi o que garantiu força aos maragatos durante a República Velha; do mesmo modo, houve penetração oposicionista na Serra, no entanto em grau pouco significativo. Durante essa transição, o Estado criou instituições que seriam fundamentais para a promoção da indústria. Apoiou a agropecuária colonial e sua expansão, por meio de recursos e do implemento de infraestrutura, bem como a formação de sindicatos e de cooperativas, e conduziu a integração regional, melhorando os meios de transporte, o que ampliou o mercado interno. Ademais, combateu o contrabando e proibiu o escravismo, promovendo a mão de obra livre (HERRLEIN JR., 2002). O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) propunha a diversificação da economia, visando ao abastecimento do mercado local, usando o argumento de que o principal motivo da crise era a dependência de dois produtos de exportação, ainda mais fragilizados por estarem atrelados ao desempenho da economia agroexportadora nacional, principalmente a economia cafeeira. Os republicanos também acentuavam que a economia tradicional precisaria de inovações tecnológicas, prioritariamente por meio da melhoria da produtividade e da qualidade do produto. Portanto, ao discordar do incentivo a uma atividade específica, questionavam o direcionamento político ao atendimento exclusivo das atividades do gado. Essa proposta de diversificação acabou por agregar às classes urbanas, empresários, burocratas do estado, militares e pequenos proprietários. Dentre a união desses grupos, a aliança da burguesia agrária com os empresários representou um dos fatores fundamentais para o entendimento do processo de consolidação e de expansão da indústria no estado.

Ideologicamente, os republicanos apoiavam-se na filosofia positivista elaborada por Comte. Love (1971) destaca os traços da filosofia mais importantes para o Rio Grande do Sul, começando pela cientificidade com que o pensador buscava compreender a sociedade e suas questões. Comte condenava a revolução e o seu caos consequente, apregoando a **ordem** e defendendo o **progresso** como o desenvolvimento a partir da ordem. Sua teoria estava em consonância com o evolucionismo e se prestava a defender o conservadorismo. Para tanto, o poder deveria ser concentrado, mantenedor da ordem, para, posteriormente, reduzir a intervenção estatal. Já a oposição, que continuava tendo a maior inserção entre os pecuaristas, defendia seus interesses proclamando que o estado deveria especializar-se em produzir aquilo que sabia fazer de melhor: gado e charque. Desse modo, era necessário que a economia tradicional, precursora do progresso econômico, recebesse tratamento diferenciado por parte do Governo. Logo, atribuía a crise da pecuária não a problemas inerentes à produção, mas ao modo marginal com que o Estado tratava a atividade. Em termos práticos, a oposição era contrária, por exemplo, a implantação das estradas de ferro no norte do

estado sendo preferidas as melhorias de transporte que auxiliassem o escoamento da produção da Campanha.

O Governo do PRR passou a agregar as classes urbanas, apesar de contar com a maioria de pessoas oriundas da economia tradicional, procurava defender a indústria nacional, inclusive na Assembleia Constituinte de 1891, ao contestar, por meio de seus parlamentares, o Tratado de Comércio, firmado com os Estados Unidos da América, que permitia a entrada de produtos manufaturados oriundos desse país, em contrapartida à manutenção do mercado preferencial ao café brasileiro, medida tomada em virtude das reivindicações dos empresários gaúchos. Essa aliança com a burguesia agrária possibilitou a dominação do capital sobre o trabalho, como foi analisado por Pesavento (1985), em que o Estado assumia uma postura “neutra” frente aos conflitos dos trabalhadores com os capitalistas. Portanto, sua política consistia em ora apoiar os coronéis locais, ora destituí-los do “poder”. Quanto à economia colonial e à indústria, essas se desenvolviam à margem das políticas públicas, por conta própria (ARTX, 2000; LOVE, 1971).

No final da década de 1920, início da década de 1930, o País encontrava-se em crise, com a perda de mercado consumidor para seu principal produto de exportação e dinamizador da economia interna, o café. São Paulo mostrava-se como o centro de produção e acumulação nacional, estando bem distante das demais economias do País. As tentativas do Governo central de proteção à economia cafeeira eram danosas aos demais sistemas produtivos, além de desestimularem a diversificação da produção nacional (FURTADO, 1999; PESAVENTO, 1980). Instalava-se, pois, um antagonismo de interesses entre os grupos no poder e as oligarquias periféricas que não mais encontrava resolução nos meios institucionais vigentes.

No estado meridional, já na década de 1930, o desenvolvimento industrial, o processo de acumulação no centro do País, o empoderamento e a constituição de novas classes, como os empresários, enfraquecem os planos de progresso econômico divergentes dos dois partidos, o que concorreu para uni-los em meio a interesses em comum, como a defesa do mercado interno nacional. Se, nesse momento, o descontentamento entre a burguesia agrária pareceu amenizar, a defesa da estatização das relações de trabalho por parte do PRR foi fundamental para a constituição do empresariado como classe social diferenciada do restante da elite. Houve, então, uma contrariedade com a postura do partido por parte dos empresários, que viram a necessidade de defender seus interesses específicos. Diante da discussão dos direitos trabalhistas, fator que era tido como inevitável pelo Governo, esse grupo viu a necessidade de não mais encampar a união das burguesias, mas de defender seus interesses por meio de uma entidade: surgiu o Centro da Indústria Fabril (CINFA).

No âmbito nacional, apesar da Revolução de 1930 ter permitido uma maior inserção do Rio Grande do Sul na política central, ela esteve distante daquela hegemonia ocupada por São Paulo durante a República Velha. Passou, então, a ser encampada pelo presidente Vargas a estatização das relações de trabalho, fato que agregou o empresariado gaúcho na defesa de seus interesses como classe.

Considerações finais

A análise do empresário gaúcho permite verificar que tanto o legado cultural como o contexto socioeconômico e político estão presentes no ambiente institucional propício ao seu surgimento. Ao reconhecer as especificidades da cultura germânica não se nega a importância da economia pecuária-charqueadora para a economia e o desenvolvimento do estado, no entanto, o fato de não ter surgido da produção das atividades vinculadas ao gado o agente dinamizador da economia moderna suscita algumas inferências que aqui foram investigadas.

Após algumas teorias racistas que buscavam entender o atraso do desenvolvimento brasileiro pela tendência ao ócio por parte dos índios e dos negros, a análise do legado cultural étnico como fator constituinte de um determinado comportamento tem sido incorporada com mais cautela. Aqui não é intenção apregoar que a ética germânica é melhor do que a luso-brasileira, mas,

sim, identificar alguns valores que contribuem para a formação do empresário, bem como aqueles que inibem essa constituição. Até porque, se esses valores foram favoráveis ao aparecimento do empresário, também o foram para a dominação do capital e a disciplina do trabalho de modo mais agressivo. Além disso, esses empresários incorporaram ao logo do tempo a cultura local. Mas, o modo de vida do gaúcho vinculado a pecuária-charqueada esteve mais próximo a criação de uma classe ociosa do que de um empresariado.

No entanto, por essa análise, pode-se perceber a existência de alguns valores culturais que contribuíram para o ímpeto da inovação, ultrapassando um modo *tradicional* de vida ainda que não de modo determinista, como: a ética protestante (que pode ser vinculada a ascese do trabalho), a busca pelo associativismo, a autossuficiência (vista na busca pela diversificação produtiva nas colônias) e a busca pela ampliação do capital no processo produtivo. Quanto ao contexto institucional, a entrada do Partido Republicano Rio-Grandense, atendendo às reivindicações dos empresários, a incorporação dos ideais positivistas e a decorrente privatização da relação capital trabalho e as oportunidades econômicas surgidas no período são fundamentais para a compreensão do surgimento do empresário no Rio Grande do Sul.

Para pesquisar os fatores presentes na formação dos empresários, foram vinculadas teorias institucionais de autores que não costumam aparecer em uma mesma análise: Weber, Veblen e Schumpeter. A pretensão não era identificar uma correlação entre essas análises, mas uma complementação, procurando compreender o período de transição do capitalismo Rio-grandense a partir desse ator. Diante do quadro institucional da sociedade gaúcha, acreditou-se que a dicotomia tradicional-moderna ajudaria a entender a trajetória de desenvolvimento seguida.

Ao fim, pode-se afirmar que não bastava ser alemão ou protestante; ser capitalizado ou ter conhecimento técnico; aquilo que aconteceu é típico da transição capitalista do Rio Grande do Sul, do modo como a elite econômica e política local se estruturou, dos conflitos e das alianças que se formaram e que foram aproveitadas por um modo especial de ver esse ambiente. Como resultado dessa análise, pode-se inferir que a gênese do empresário gaúcho é influenciada pelo legado cultural do imigrante alemão, que constitui um modo de interpretar o contexto vivenciado, aproveitando situações específicas da política e da economia gaúcha e nacional. Assim, trajetórias de desenvolvimento são dependentes da história e retomá-la por novas óticas ajuda a compreender o contexto em que as sociedades vivem.

Referências

- ARTX, Günter. **A. J. Renner: discursos e artigos (1931/1952)**. Porto Alegre. Assembléia Legislativa do Estado do RS. Corag. 2000. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/biblioteca/pdf/aj_renner.pdf> . Acesso: 20.10.2009.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O empresário industrial e a Revolução Brasileira. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**. n. 8.julho-setembro. p. 83-103. 1963. Disponível em: <<http://bresserpereira.org.br/papers/1963/63.EmpresarioIndustrialRevolucaoBrasileira.pdf>>. Acesso: 11.09.2009.
- _____. Desenvolvimento econômico e o empresário. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**. n. 4: p. 79-91. 1962. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1962/62-DesenvEconomicoEmpresario.pdf>>. Acesso: 11.09.2009.
- FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ediplat. 2003. 206 p.
- FONSECA, Pedro César Dutra. **Vargas: O capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1999. 248 p.

- HERRLEIN Jr, Ronaldo. **A peculiaridade da transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889 – 1930.** I Encontro de Economia Gaúcha. 2002. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_12_herrleinjr.pdf>. Acesso: 21.03.2009.
- _____. **A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação.** Abpe. 2003. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_26.pdf> . Acesso: 21.03.2009.
- KUHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. p.152.
- LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica.** Porto Alegre: Movimento, 94 p. 1976.
- LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930.** São Paulo: Perspectiva, 1971. 282 p.
- MARCOVITCH, Jacques. **A saga do desenvolvimento no Brasil.** São Paulo:Edusp/Saraiva. v. II. São Paulo. 2005. 325 p.
- MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. **Guia para Veblen: um estudo da economia evolucionária.** Editora e gráfica universitária – UFPEL. Pelotas, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da Indústria Sul-Rio-Grandense.** Rio Grande Companhia de Celulose do Sul (Riocell). Guaíba, 122p. 1985.
- _____. **RS: a economia e o poder nos anos 30.** Porto Alegre: Mercado Aberto 190 p. 1980.
- PRADO JR., Caio. **Formação econômica do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 390 p., 1996.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** v. I e II.. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 401.
- SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, p. 25-42. 2001. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/pdf/Volume_07_Giancarla_Salamoni.pdf>. Acesso: 28.03.2009.
- SCHNEIDER, Sérgio. Os colonos da indústria calçadista: a expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (17) 1. p. 298-322. 1996.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** Nova Cultural. 237 p. 1997.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits. A economia do Rio Grande do Sul não é parte da economia nacional. **Ensaio FEE.** 4 (2) – p. 161-64. Porto Alegre, 1984. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewPDFInterstitial/329/554>>. Acesso: 25.07.2009.
- TEJO, Limeira. Contribuição à crítica da economia Rio-Grandense. **Ensaio FEE.** 3 (1). p. 79-108. 1982. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewPDFInterstitial/142/455>>. Acesso: 26.07.2009.
- VEBLIN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa.** São Paulo: Pioneira, 1965.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito capitalista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 335.

Recebido em 31.07.2012

Aprovado em 31.01.2013